



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO NORMATIVA CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI N° 221, de 23 de agosto de 2024.

Institui a Política de Privacidade, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

A Presidente Substituta do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, considerando o processo nº 23172.002177/2024-50, deliberação em reunião do dia 21 de agosto de 2024, e ainda:

a lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014;
a lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;
a lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
a lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017;
a decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016;
o decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;
o decreto nº 10.046, de 09 de outubro de 2019;
o decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018; e
a lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Política de Proteção de Privacidade, no âmbito do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

Parágrafo único. A descrição pormenorizado desta política, no IFPI, a qual se refere à coleta e tratamento de dados, ao termo de uso e ao termo de consentimento para os tratamentos de dados pessoais, consta nos Anexos I, II e III, desta Resolução.

CAPÍTULO I

DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Art. 2º A presente Política de Proteção de Privacidade tem como finalidade documentar e comunicar aos titulares de dados pessoais, de maneira clara e concisa, informações relativas ao tratamento de seus dados pessoais, no âmbito do IFPI, tais como:

I - finalidades dos tratamentos;

II - as formas e as durações dos tratamentos;

III - a identificação e os dados de contato do controlador; as informações

acerca do uso compartilhado de dados;

IV - as responsabilidades dos agentes que realizam os tratamentos; e

V - os direitos do titular.

§ 1º A Política deve informar as hipóteses em que, no exercício de suas competências, realiza tratamento de dados pessoais, fornecendo informações sobre a previsão legal, a finalidade, os procedimentos e as práticas utilizadas para a execução dessas atividades.

§ 2º O IFPI reconhece a importância da privacidade de dados pessoais e, em atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, deseja que seus servidores se familiarizem sobre como é realizada a coleta, o armazenamento e o tratamento dos seus dados.

§ 3º Este documento descreve as práticas adotadas quanto aos dados operados e controlados pelo IFPI e que são coletados em formulários impressos ou digitais por meio do websites e sistemas institucionais.

§ 4º Ao fornecer os dados pessoais ao IFPI, o usuário aceita os termos e condições desta Política de Privacidade.

CAPÍTULO II DAS DEFINIÇÕES

Art. 3º Nesta política de privacidade, consideram-se:

I - tratamento de dados pessoais: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

II - agentes de tratamento de dados pessoais: o controlador e o operador;

III - controlador de dados pessoais: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

IV - operador de dados pessoais: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

V - encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

VI - titular dos dados pessoais: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

VII - dado pessoal: informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável;

VIII - dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

IX - anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de

associação, direta ou indireta, a um indivíduo;

X - Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD): órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) em todo o território nacional;

XI - banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;

XII - consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

XIII - dado anonimizado: dado relativo a um titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;

XIV - órgão de pesquisa: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, legalmente constituída sob as leis brasileiras e com sede e foro no país, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico;

XV - transferência internacional de dados: transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro; e

XVI - uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.

CAPITULO III

DOS PRINCÍPIOS DAS ATIVIDADES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS NO IFPI

Art. 4º Esta política de privacidade foi elaborada em conformidade com a lei federal nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (marco civil da internet), e com a lei federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (lei geral de proteção de dados pessoais).

Parágrafo único. As atividades de tratamento de dados pessoais, no âmbito do IFPI, deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios:

I - finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

II - adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

III - necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

IV - livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

V - qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza,

relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

VI - transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

VII - segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

VIII - prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

IX - não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos; e

X - responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

CAPÍTULO IV

DOS DADOS PESSOAIS TRATADOS PELO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI)

Art. 5º A utilização pelo titular dos dados, usuário do sistema, de determinadas funcionalidades do serviço dependerá do tratamento dos seguintes dados pessoais:

I - nome completo;

II - nome social;

III - data de nascimento;

IV - sexo;

V - filiação;

VI - nacionalidade;

VII - naturalidade;

VIII - número de inscrição no CPF (titular e responsável legal);

IX - estado civil;

X - endereço de e-mail;

XI - endereço;

XII - número de telefone;

XIII - RG (titular e responsável legal);

XIV - título de eleitor;

XV - certificado de reservista;

XVI - PIS/PASEP;

XVII - certidão de casamento;

XVIII - registro no órgão de classe;

XIX - diploma ou certificado;

XX - declaração comprobatória de experiência;

XXI - declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo;

XXII - termo de responsabilidade;

XXIII - termo de opção;

XXIV - declaração complementar de bens;

XXV - foto do titular;

XXVI - dados bancários;

XXVII - dados de saúde;

XXVIII - dados biométricos;

XXIX - dados socioeconômicos;

XXX - dados étnico-raciais; e

XXXI - informações técnicas (endereço IP e identificação de dispositivos).

Art. 6º A coleta, a finalidade, o compartilhamento, o tratamento, a segurança no tratamento dos dados pessoais e a utilização de cookies pelo IFPI estão especificados no Anexo I.

Art. 7º O termo de uso e o termo de consentimento de que trata o art. 1º, parágrafo único, estão descritos nos Anexos II e III.

Parágrafo único. O IFPI poderá realizar o tratamento de dados diversos aos que se encontram no termo de consentimento, em conformidade com o Art. 7º da LGPD.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º Eventuais omissões ou tolerâncias das partes não constituirão novação ou renúncia, nem afetarão o exercício de quaisquer dos direitos aqui previstos, que poderão ser exercidos integralmente, a qualquer tempo, nos termos da LGPD.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor em 2 de setembro de 2024.

DIVAMÉLIA DE OLIVEIRA BEZERRA GOMES
Presidente Substituta do CONSUP

ANEXO I

COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

1. COMO OS DADOS SÃO COLETADOS

- Nome completo: informado pelo titular
- Nome social: informado pelo titular
- Data de nascimento: informado pelo titular
- Sexo: informado pelo titular
- Filiação: informado pelo titular

- Nacionalidade: informado pelo titular
- Naturalidade: informado pelo titular
- Número de inscrição no CPF (titular e responsável legal): informado pelo titular
- Estado civil: informado pelo titular
- Endereço de e-mail: informado pelo titular
- Endereço domiciliar: informado pelo titular
- Número de telefone: informado pelo titular
- Rg (titular e responsável legal): informado pelo titular
- Título de eleitor: informado pelo titular
- Certificado de reservista: informado pelo titular
- PIS/PASEP: informado pelo titular
- Certidão de casamento: informado pelo titular
- Registro no órgão de classe: informado pelo titular
- Diploma ou certificado de cursos: informado pelo titular
- Declaração comprobatória de experiência: informado pelo titular
- Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo: informado pelo titular
- Termo de responsabilidade: informado pelo titular
- Termo de opção: informado pelo titular
- Declaração complementar de bens: informado pelo titular
- Foto do titular: informado pelo titular
- Dados bancários: informado pelo titular
- Dados de saúde: informados pelo titular ou obtido no setor de saúde vinculado ao prestador do serviço

- Dados biométricos: coletados pelo órgão
- Dados socioeconômicos: informado pelo titular
- Dados étnico-raciais: informado pelo titular
- Informações técnicas (endereço ip e identificação de dispositivos): capturadas no momento da inserção dos dados.

2. FINALIDADE DA UTILIZAÇÃO DOS DADOS PELO IFPI

- Nome completo: registros acadêmicos, funcionais e contratuais
- Nome social: registros acadêmicos, funcionais e contratuais
- Data de nascimento: registros acadêmicos, funcionais e contratuais
- Sexo: registros acadêmicos, funcionais e contratuais
- Filiação: registros acadêmicos, funcionais e contratuais
- Nacionalidade: registros acadêmicos, funcionais e contratuais
- Naturalidade: registros acadêmicos, funcionais e contratuais
- Número de inscrição no CPF: registros acadêmicos, funcionais e contratuais
- Estado civil: registros acadêmicos, funcionais e contratuais
- Endereço de e-mail: registros acadêmicos, funcionais e contratuais
- Endereço residencial: registros acadêmicos, funcionais e contratuais
- Número de telefone: registros acadêmicos, funcionais e contratuais
- Rg: registros acadêmicos, funcionais e contratuais
- Título de eleitor: registros acadêmicos, funcionais e contratuais
- Certificado de reservista: registros acadêmicos, funcionais e contratuais
- PIS/PASEP: registros acadêmicos, funcionais e contratuais
- Certidão de casamento: registros acadêmicos, funcionais e contratuais
- Registro no órgão de classe: registros acadêmicos, funcionais e contratuais
- Diploma ou certificado de cursos: registros acadêmicos, funcionais e contratuais
- Declaração comprobatória de experiência: registros acadêmicos, funcionais e contratuais
- Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo: registros acadêmicos, funcionais e contratuais
- Termo de responsabilidade: registros acadêmicos, funcionais e contratuais

- Termo de opção: registros acadêmicos, funcionais e contratuais
- Declaração complementar de bens: registros acadêmicos, funcionais e contratuais
- Foto do titular: registros acadêmicos, funcionais e contratuais
- Dados bancários: depósito de bolsas/pagamento de salário e proventos
- Dados de saúde: aprimoramento do serviço público de educação
- Dados biométricos: registros acadêmicos, funcionais
- Dados socioeconômicos: registros acadêmicos e funcionais
- Dados étnico-raciais: registros acadêmicos e funcionais
- Informações técnicas (endereço ip e identificação de dispositivos): segurança institucional.

3. TRATAMENTO REALIZADO COM OS DADOS PESSOAIS

- Nome completo: armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, produção, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- Nome social: armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, produção, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- Data de nascimento: armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, produção, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- Sexo: armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- Filiação: armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, produção, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- Nacionalidade: armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, produção, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- Naturalidade: armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, produção, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- Número de inscrição no CPF: armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, produção, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- Estado civil: armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, produção, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- Endereço de e-mail: armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, produção, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- Endereço residencial: armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, produção, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- Número de telefone: armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, produção, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- RG: armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, produção, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização,
- Título de eleitor: armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, produção, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- Certificado de reservista: armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, produção, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- PIS/PASEP: armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, produção, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- Certidão de casamento: armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, produção, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- Registro no órgão de classe: armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, produção, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- Diploma ou certificado de curso: armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, produção, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- Declaração comprobatória de experiência: armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, produção, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização

- Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo: armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, produção, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- Termo de responsabilidade: armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, produção, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- Termo de opção: armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, produção, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- Declaração complementar de bens: armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, produção, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- Registro de acesso: armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- Foto do titular: armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização
- Dados bancários: armazenamento, utilização e transferência
- Dados de saúde: armazenamento, utilização e transferência

- Dados biométricos: armazenamento, utilização
- Dados socioeconômicos: armazenamento, utilização e transferência
- Dados étnico-raciais: armazenamento, utilização e transferência
- Informações técnicas (endereço ip e identificação de dispositivos): armazenamento, arquivamento, coleta, eliminação, processamento, recepção, reprodução, transferência, transmissão e utilização

4. COMPARTILHAMENTO DOS DADOS PESSOAIS UTILIZADOS NO SERVIÇO PRESTADO PELO IFPI

4.1. Os dados pessoais do titular são compartilhados:

- I - internamente, entre as unidades acadêmicas e administrativas, estritamente para o cumprimento do dever legal e nos limites de suas atribuições institucionais; e
- II - externamente, com órgãos vinculados ao cumprimento da prestação do serviço público de educação, como o Ministério da Educação e entidades correlatas, no Brasil e instituições do exterior, desde que com vínculo jurídico/contratual estabelecido com o IFPI.

5. SEGURANÇA NO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS DO TITULAR

O IFPI se compromete a aplicar as medidas técnicas e organizativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão de tais dados.

O IFPI utiliza criptografia para que os dados sejam transmitidos de forma segura e confidencial, de maneira que a transmissão dos dados entre o servidor e o titular ocorra de maneira totalmente cifrada ou encriptada.

No entanto, o IFPI se exime de responsabilidade por culpa exclusiva de terceiros, como em caso de ataques cibernéticos, ou culpa exclusiva do titular dos dados, como no caso em que ele mesmo transfere seus dados a terceiro. O IFPI se compromete, ainda, a comunicar o titular dos dados, usuário do serviço, em prazo adequado, caso ocorra algum tipo de violação da segurança de seus dados pessoais que possa lhe causar um alto risco para seus direitos e liberdades pessoais.

A violação de dados pessoais é uma violação de segurança que provoque, de modo accidental ou ilícito, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado a dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento. Por fim, o IFPI se compromete a tratar os dados pessoais do titular com confidencialidade, dentro dos limites legais.

6. UTILIZAÇÃO DE COOKIES PELO SERVIÇO DO IFPI

Cookies são pequenos arquivos de texto enviados pelo site ao computador do titular e que nele ficam armazenados, com informações relacionadas à navegação do site.

Por meio dos cookies, pequenas quantidades de informação são armazenadas pelo navegador do titular para que o servidor possa lê-las posteriormente. Podem ser armazenados, por exemplo, dados sobre o dispositivo utilizado pelo titular, bem como seu local e horário de acesso ao site.

As informações eventualmente armazenadas em cookies também são consideradas dados pessoais e todas as regras previstas nesta política de privacidade também são aplicáveis a eles. O IFPI utiliza cookies para facilitar o acesso do titular aos serviços dos seus sistemas institucionais.

7. VERSÃO DESTA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

A presente versão desta política de privacidade foi atualizada pela última vez em 19/07/2024.

O IFPI se reserva o direito de modificar, a qualquer momento as presentes normas, especialmente para adaptá-las às evoluções do serviço deste instituto de educação e às leis que tratam da proteção de dados pessoais, disponibilizando as novas funcionalidades no site <https://www.ifpi.edu.br/acesso-a-informacao/lgpd>.

Qualquer alteração e/ou atualização deste termo de uso e política de privacidade passará a vigorar a partir da data de sua publicação no sítio do IFPI, ficando disponível para acesso livre dos interessados.

8. FORO APLICÁVEL CASO O TITULAR DE DADOS, USUÁRIO DO SERVIÇO, QUEIRA REALIZAR ALGUMA RECLAMAÇÃO

Este termo é regido com base na legislação brasileira. Qualquer reclamação ou controvérsia com base neste termo será dirimida exclusivamente na comarca de Teresina Piauí. Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, todos os titulares de dados têm direito a apresentar reclamação à autoridade nacional de proteção de dados.

ANEXO II TERMO DE USO

1. INFORMAÇÕES PRESENTES NESTE DOCUMENTO

Neste Termo de Uso, o usuário do serviço do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI) encontrará informações sobre: o funcionamento do serviço e as regras aplicáveis a ele; o arcabouço legal relacionado à prestação do serviço; as responsabilidades do titular ao utilizar o serviço; as responsabilidades da administração pública ao prover o serviço; informações para contato, caso exista alguma dúvida ou seja necessário atualizar informações; e o foro responsável por eventuais reclamações caso questões deste termo de uso tenham sido violadas.

2. ACEITAÇÃO DO TERMO DE USO E POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Ao utilizar os serviços, o usuário deverá confirmar que leu e compreendeu os termos e políticas aplicáveis ao serviço prestado pelo IFPI e concorda em ficar vinculado a eles.

3. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

O IFPI é uma instituição federal de educação superior, básica e profissional pluricurricular

e multicampi, descentralizada e sediada no Estado do Piauí nas cidades de Teresina, Angical, Campo Maior, Cocal, Corrente, Floriano, José de Freitas, Oeiras, Parnaíba, Paulistana, Pedro II, Picos, Pio IX, Piri-piri, São João, São Raimundo Nonato, Uruçuí e Valença. A missão do IFPI é "promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais" (PDI- 2020/2024).

4. AGENTES DE TRATAMENTO

Controlador: a quem compete as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais realizados no âmbito do IFPI.

No IFPI, as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais estão na competência da Reitoria, situada na avenida Presidente Jânio Quadros, 330, bairro Santa Isabel, CEP 64053-390, Teresina - PI. email: reitoria@ifpi.edu.br. telefone: 86 3131-1400.

Operador: aquele que realiza o tratamento de dados para os serviços do IFPI.

Encarregado: é o responsável por atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a autoridade nacional de proteção de dados.

Para o serviço do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IFPI), o encarregado de dados pode ser contatado pelo e-mail: encarregadolgpd@ifpi.edu.br .

5. LEIS E NORMATIVOS APLICADOS A ESSE SERVIÇO

- Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 - marco civil da internet – estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil;
- Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - lei de acesso à informação – regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal;
- Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 - dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do titular dos serviços públicos da administração pública;
- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural;
- Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016 - institui a política de dados abertos do Poder Executivo Federal;
- Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 - regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (lei de acesso à informação), que dispõe sobre o acesso a informações previsto na Constituição;
- Decreto nº 10.046, de 09 de outubro de 2019 - dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o cadastro base do cidadão e o comitê central de governança de dados.;
- Normas complementares do Gabinete de Segurança da Informação da Presidência (GSI/Pr) - disciplinam a gestão de segurança da informação e comunicações na administração pública federal, direta e indireta, e dá outras providências.
- Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018 - institui a política nacional de segurança da informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional;
- Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012 - dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências.

6. DIREITOS DO USUÁRIO DO SERVIÇO

O usuário do serviço, titular dos dados, possui os seguintes direitos, conferidos pela lei de proteção de dados pessoais:

- direito de confirmação e acesso (art. 18, I e II): é o direito do titular dos dados de obter do serviço a confirmação de que os dados pessoais que lhe digam respeito são ou não objeto de tratamento e, se for esse o caso, o direito de acessar os seus dados pessoais;
- direito de retificação (art. 18, III): é o direito de solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- direito à limitação do tratamento dos dados (art. 18, IV): é o direito do titular de limitar o tratamento de seus dados pessoais, podendo exigir a eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na lei geral de proteção de dados;
- direito de oposição (art. 18, § 2º): é o direito do titular de, a qualquer momento, se opor ao tratamento de dados por motivos relacionados com a sua situação particular, com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento ou em caso de descumprimento ao disposto na lei geral de proteção de dados;
- direito de portabilidade dos dados (art. 18, V): é o direito do titular de realizar a portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial;
- direito de não ser submetido a decisões automatizadas (art. 20, IGPD): o titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.

7. OBRIGAÇÕES DO USUÁRIO DO SERVIÇO

O usuário do serviço, titular dos dados, responsabiliza-se pela precisão e veracidade dos dados informados e reconhece que a inconsistência destes poderá implicar a impossibilidade de utilizar o serviço prestado pelo IFPI.

Durante a utilização do serviço, a fim de resguardar e de proteger os direitos de terceiros, o titular se compromete a fornecer somente seus dados pessoais, e não os de terceiros.

O login e a senha só poderão ser utilizados pelo usuário cadastrado, que se compromete a manter o sigilo da senha, que é pessoal e intransferível, não sendo possível, em qualquer hipótese, a alegação de uso indevido, após o ato de compartilhamento.

O titular dos dados, usuário do serviço, é responsável pela atualização das suas informações pessoais e consequências na omissão ou erros nas informações pessoais cadastradas.

O titular dos dados, usuário do serviço, é responsável pela reparação de todo e qualquer dano, direto ou indireto (inclusive decorrentes de violação de quaisquer direitos de outros titulares, de terceiros, inclusive direitos de propriedade intelectual, de sigilo e de personalidade), que sejam causados ao IFPI, a outro titular, ou, ainda, a terceiro.

8. O IFPI NÃO PODERÁ SER RESPONSABILIZADO PELOS SEGUINTE FATOS

- equipamento infectado ou invadido por atacantes;
- equipamento avariado no momento do consumo de serviços;
- proteção do computador;
- proteção das informações armazenadas nos computadores dos titulares;
- abuso de uso dos computadores dos titulares;
- monitoração clandestina do computador dos titulares;
- vulnerabilidades ou instabilidades existentes nos sistemas dos titulares;
- perímetro inseguro.

9. RESPONSABILIDADES DO IFPI COM OS DADOS DO TITULAR

- cumprir todas as legislações inerentes ao uso correto dos dados pessoais do cidadão de forma a preservar a privacidade dos dados utilizados no serviço;
- garantir todos os direitos e garantias legais dos titulares dos dados;
- implementar controles de segurança para proteção dos dados pessoais dos titulares;
- poderá, quanto às ordens judiciais de pedido das informações, compartilhar informações necessárias para investigações (caso ocorra, o IFPI notificará os titulares dos dados, salvo quando o processo estiver em segredo de justiça);
- tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, suspeitas de fraude ou ameaças potenciais contra pessoas, bens ou sistemas que sustentam o serviço ou de outra forma necessária para cumprir com suas obrigações legais (caso ocorra, o IFPI notificará os titulares dos dados, salvo quando o processo estiver em segredo de justiça).

ANEXO III

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Ao manifestar a sua aceitação ao presente termo, o titular consente e concorda que o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ, inscrito no CNPJ nº 10.806.469/0001-49 com sede na Reitoria, Av. Presidente Jânio Quadros, 330, bairro Santa Isabel - Teresina - PI - CEP: 64053-390, doravante denominado controlador, tome decisões referentes ao tratamento dos seus dados pessoais abaixo descritos, necessários à prestação dos serviços ofertados pela instituição de ensino, envolvendo operações como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, ao acesso, à reprodução, transmissão, distribuição, ao processamento, arquivamento, armazenamento, à eliminação, avaliação ou ao controle da informação, à modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração dos referidos dados.

1. OBTENÇÃO DOS DADOS E INFORMAÇÕES

Os dados e as informações serão obtidos quando o usuário:

- passar a utilizar os sites, sistemas e documentos impressos (em meio físico);
- interagir com ferramentas existentes nos sites e sistemas, fornecendo as informações voluntariamente;
- entrar em contato pelos canais de comunicação disponíveis nos sites e sistemas;
- efetivar ações referentes a processos administrativos e acadêmicos.

2. ARMAZENAMENTO DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES

Os dados e as informações coletadas dos usuários serão incorporados aos bancos de dados do IFPI (controlador) e/ou aos das instituições públicas e privadas contratadas, conveniadas e/ou parceiras para os devidos fins, sendo estas sua responsável e proprietária. Os dados e as informações coletados estarão armazenados em ambiente seguro e somente poderão ser acessados por pessoas autorizadas pelo IFPI (controlador).

O Controlador afirma que não compartilhará, venderá ou apresentará os dados dos usuários para terceiros que não sejam seus parceiros diretamente envolvidos em seus processos com as finalidades neste termo apresentadas.

O Usuário é o proprietário dos dados e está apto a adicionar, excluir ou modificar quaisquer informações que estiverem ligadas ao seu perfil de usuário nos sites e sistemas do IFPI (controlador). Para tanto, o usuário declara estar ciente e concordar com a coleta, o armazenamento, tratamento, processamento e uso das informações enviadas e/ou transmitidas por ele, nos termos estabelecidos neste termo de consentimento. A concordância do usuário abrange os dados pessoais e a utilização será por prazo indeterminado e/ou até que a legislação vigente dispense a sua manutenção.

3. FINALIDADES DO TRATAMENTO DOS DADOS

O tratamento dos dados pessoais listados neste termo possui as seguintes finalidades:

- efetuar qualquer comunicação resultante de atividade do próprio site, sistemas ou a identificação do respectivo destinatário;
- responder a eventuais dúvidas e solicitações do usuário;
- fornecer acesso à área restrita dos sistemas ou às suas funcionalidades exclusivas;
- cumprir ordem legal ou judicial;
- constituir, defender ou exercer regularmente direitos em âmbito judicial ou administrativo;
- possibilitar que o IFPI (controlador) mantenha atualizados os cadastros dos usuários para fins de contato autorizado a ser feito por telefone, correio eletrônico, SMS, mala-direta ou por outros meios de comunicação e promova atividades de atendimento ao titular para fins de relacionamento em prestação de serviço ou comercial;
- possibilitar que o IFPI efetue a inscrição em processo seletivo, a matrícula ou renovação de matrícula em um dos cursos ofertados pela instituição de ensino controladora e realize os registros acadêmicos do titular;
- possibilitar que o controlador utilize tais dados para as suas peças de comunicação;
- possibilitar que o controlador utilize tais dados para a elaboração de contratos, emissão de boletos, notas fiscais e documentos financeiros correlatos;
- possibilitar que a controladora mantenha tais dados em banco de dados para o envio às instituições diretamente envolvidas em seus processos com as finalidades neste termo apresentadas.

4. REGISTRO DE ATIVIDADES

O IFPI (controlador) poderá registrar as atividades efetuadas pelo usuário nos sites e sistemas, por meio de logs, incluindo:

- endereço ip do usuário;
- ações efetuadas pelo usuário nos sites e sistemas;
- páginas acessadas pelo usuário;
- datas e horários de cada ação e de acesso a cada funcionalidade nos sites e sistemas;
- identificação de sessão do usuário, quando aplicável.

Os registros mencionados poderão ser utilizados pelo controlador em casos de investigação de fraudes ou de alterações indevidas em seus sistemas e cadastros.

5. COOKIES

O IFPI poderá fazer o uso de cookies, cabendo ao usuário configurar o seu navegador de internet, caso deseje bloqueá-los. Nesta hipótese, algumas funcionalidades dos sites/sistemas poderão ser limitadas.

6. DADOS PESSOAIS

O IFPI fica autorizado, conforme previsto na LGPD, a tomar decisões referentes ao tratamento dos seguintes dados pessoais do titular em decorrência do vínculo deste com a controladora e de acordo com as demandas das suas unidades e respectivas atividades e funções:

- nome completo;
- nome social;
- data de nascimento;
- sexo;
- filiação;
- nacionalidade;
- naturalidade;

- número de inscrição no CPF (titular e responsável legal);
- estado civil;
- endereço de e-mail;
- endereço residencial;
- número de telefone;
- RG (titular e responsável legal);
- título de eleitor;
- certificado de reservista;
- PIS/PASEP;
- certidão de casamento;
- registro no órgão de classe;
- diploma ou certificado de cursos;
- declaração comprobatória de experiência;
- declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo;
- termo de responsabilidade;
- termo de opção;
- declaração complementar de bens;
- foto do titular;
- dados bancários;
- profissão;
- números de telefone e WhatsApp;
- carteira nacional de habilitação;
- passaporte;
- número de identificação social (NIS);
- informação de familiares (nome dos pais, quantidade e nome dos filhos, esposo(a) e idade destes;
- dados socioeconômicos;
- biometria;
- convicção religiosa;
- tipo de deficiência do titular e de seus dependentes;
- medicamentos de que faz uso;
- cor/etnia;
- gênero;
- dados bancários;
- nome de usuário e senha específicos para acesso aos sistemas institucionais da controladora;
- nível de instrução ou escolaridade;
- curso;
- turno;
- matrícula;
- desempenho acadêmico;
- comunicação, verbal e escrita, mantida entre o titular e a controladora;
- documentos necessários para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.

Além disso, o IFPI fica autorizado a tomar decisões referentes ao tratamento e a realizar o tratamento dos seguintes dados inseridos pelo titular, com a intenção de obter a prestação dos serviços ofertados pela mesma, como: divulgação de material da instituição por e-mail e redes sociais; fotografias expostas em redes sociais públicas, a fim da interação entre o titular e controladora.

7. COMPARTILHAMENTO DE DADOS

O IFPI fica autorizado a compartilhar os dados pessoais do Titular com outros agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para as finalidades listadas neste termo,

observados os princípios e as garantias estabelecidos pela LGPD.

8. SEGURANÇA DOS DADOS

O IFPI responsabiliza-se pela manutenção de medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

Considerando que nenhum sistema é absolutamente seguro, o IFPI se exime de quaisquer responsabilidades por eventuais danos e/ou prejuízos decorrentes de falhas, vírus ou invasões do banco de dados dos sites e sistemas, salvo nos casos de dolo ou culpa pelo mesmo.

Conforme disciplina o art. 48 da Lei nº 13.709/2018, o IFPI comunicará ao Titular e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao Titular.

9. TÉRMINO DO TRATAMENTO DOS DADOS

O IFPI poderá manter e tratar os dados pessoais do Titular durante o período em que estes forem pertinentes ao alcance das finalidades listadas neste termo. Os dados pessoais anonimizados, sem possibilidade de associação ao indivíduo, poderão ser mantidos por período indefinido.

O Titular dos dados poderá solicitar, a qualquer momento, a eliminação de seus dados pessoais não anonimizados, exceto em caso de cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador, estudo por órgão de pesquisa, transferência a terceiro e uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

10. DIREITOS DO TITULAR DOS DADOS

O Titular tem direito a obter do IFPI, em relação aos dados por ele tratados, mediante requisição:

- confirmação da existência de tratamento;
- acesso aos dados;
- correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD;
- portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa e observados os segredos comercial e industrial, de acordo com a regulamentação do órgão controlador;
- eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do Titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 da LGPD;
- informação das entidades públicas e privadas com as quais a Controladora realizou uso compartilhado de dados;
- informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;
- revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º da LGPD.

O IFPI terá o prazo de 15 dias úteis, contados do próximo dia útil posterior à solicitação formal, realizada, e prorrogável por mais 15 dias úteis, mediante justificativa fundamentada, para emissão da resposta referente ao pedido do usuário. As situações excepcionais, força maior e número excessivo de pedidos justificam a prorrogação do prazo de resposta, por mais 30 dias corridos.

11. MENORES DE IDADE

No caso de Usuário menor de 18 anos, o aceite deste Termo de Consentimento deverá ser assumido pelo responsável legal.

12. ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

O usuário está ciente e concorda que o IFPI se reserva o direito de alterar a sua prestação de serviços na condição de aprimorar seus atendimentos e implementar novas tecnologias, podendo vir a acarretar alterações, a qualquer tempo, deste termo, para inclusão das modificações implementadas. A continuidade da utilização dos serviços caracteriza o seu consentimento, aceitação e autorização às modificações implementadas.

13. ACESSO AOS DADOS

Cabe ao IFPI a disponibilização de conteúdo nos sites e acessos aos sistemas, via login e senha, devendo o usuário cumprir todas as determinações e/ou orientações do Termo de Uso e Política de Privacidade, bem como decorrentes de legislação correlata. O IFPI poderá a qualquer tempo, e sem aviso, cancelar, suspender ou interromper o acesso a serviços, respeitadas as orientações legais vigentes.

14. DIREITO DE REVOGAÇÃO DO CONSENTIMENTO

O Titular dos dados poderá, a qualquer momento e de forma oficial, solicitar a revogação do consentimento. O pedido de revogação do Consentimento não obriga o IFPI a encerrar o tratamento dos dados quando estes se fizerem necessários ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, estudo por órgão de pesquisa, transferência a terceiro e uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

Estou ciente que posso utilizar o canal de atendimento à LGPD do IFPI, por meio do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), FALABR e OUVIDORIA.

Por fim, declaro ter lido e ter sido suficientemente informado sobre o conteúdo deste Termo de Consentimento e concordo com o tratamento dos meus Dados Pessoais aqui descritos de forma livre e esclarecida, em observância à Lei Geral de Proteção de Dados e às demais normativas sobre proteção de Dados Pessoais aplicáveis, bem como sobre as orientações do Termo de Uso e Política de Privacidade.

Documento assinado eletronicamente por:

- Divamélia de Oliveira Bezerra Gomes, REI-SUB - REI-IFPI, em 23/08/2024 10:35:36.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 22/07/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 276732

Código de Autenticação: dd54170ba9

